

DA CONDUTA (DEFENSIVA)
DA ADMINISTRAÇÃO “OPADA”

ORLANDO VOGLER GUINÉ

Mestre em Direito

DA CONDUTA (DEFENSIVA)
DA ADMINISTRAÇÃO “OPADA”



DA CONDUTA (DEFENSIVA)
DA ADMINISTRAÇÃO "OPADA"

AUTOR

ORLANDO VOGLER GUINÉ

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, SA

Av. Fernão Magalhães, n.º 584, 5.º Andar

3000-174 Coimbra

Tel.: 239 851 904

Fax: 239 851 901

www.almedina.net

editora@almedina.net

PRÉ-IMPRESSÃO | IMPRESSÃO | ACABAMENTO

G.-C. GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira – Assafarge

3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Novembro, 2009

DEPÓSITO LEGAL

301653/09

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação
são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer
processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita
e passível de procedimento judicial contra o infractor.

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

GUINÉ, Orlando Vogler

Da conduta (defensiva) da administração

"Opada", - (Teses de mestrado)

ISBN 978-972-40-4013-4

CDU 347

336

ÍNDICE

Introdução	11
------------------	----

CAPÍTULO PRELIMINAR “OPA” e “medidas defensivas”

Conceito de OPA	15
1. OPA e OPD	16
2. Destinatário	16
3. Procedimento	17
4. Controlo	19
5. Hostilidade	21
6. Conceito de OPA. Conclusão	22
Conceito de medidas defensivas.....	23
7. Escopo	23
8. Universo	24
9. Objectivos	24
10. Eficácia	25
11. Autonomia.....	25
12. Tempo	26
13. Natureza	27

CAPÍTULO I Exemplos de medidas defensivas

Operações sobre activos da visada	31
14. Paraquedas dourados.....	31
15. Distribuição de bens aos sócios	34
16. Jóias das coroa	34

Operações sobre activos de terceiro	37
17. Aquisição de acções do oferente	37
18. Pac-man.....	38
19. Obstáculos jusconcorrenciais.....	38
20. Fat man	39
21. Acções próprias.....	40
Emissão de valores mobiliários	43
22. Acções	43
23. Obrigações	46
Lobbying.....	49
24. Cavaleiro branco	49
25. Relações públicas.....	50
Desproporção entre capital e controlo	51
26. Limitações ao exercício do direito de voto	53
27. Acções douradas	55
28. Directiva das OPAs.....	57

CAPÍTULO II

A conduta fiduciária dos administradores

Critério geral de actuação.....	59
29. Dever de administração	59
30. Critérios de actuação.....	61
31. Critério final positivo e negativo	64
32. Construção do interesse social.....	65
33. O interesse dos sócios	66
34. Os sócios e os stakeholders: princípio geral.....	70
35. Os stakeholders e os sócios: excepção	77
Critério de actuação em caso de OPA.....	85
36. A jurisprudência norte-americana: Unocal	85
37. Medidas defensivas objectivas.....	89
38. Medidas defensivas subjectivas	91
39. Accionistas	93
40. Justificação jurisprudencial tradicional de Delaware	94
41. Desvio motivacional	97
42. Ponderação	98

43. O mandato de administrar.....	99
44. O art. 182.º do CVM e o poder de negociação	102
Maximização dos interesses de curto prazo dos accionistas.....	107
45. A jurisprudência norte-americana: Revlon	107
46. A Administração como agente (agent) dos accionistas.....	109
47. O princípio da boa fé	111
48. O relatório da Administração.....	116
Business judgement rule.....	123
49. A business judgement rule	123
50. A business judgement rule e conduta dos administradores na pendência da OPA.....	127

CAPÍTULO III

A regra de não frustração

51. Introdução	133
O art. 182.º/1-1.ª-parte do CVM	137
52. Início do período de limitação	137
53. Objecto mínimo da oferta	141
O acto proibido	147
54. Requisitos cumulativos	147
55. Alteração patrimonial relevante.....	148
56. Alteração patrimonial relevante e ofertas concorrentes	153
57. Alteração patrimonial relevante e a Directiva das OPAs	154
58. Gestão normal	156
59. Gestão normal versus gestão corrente	157
60. Gestão normal e alta direcção.....	159
61. Gestão normal e conservação/impacto patrimonial.....	160
62. Gestão normal e objecto social	162
63. Gestão normal e comparabilidade	163
64. Gestão normal e estratégia social	164
65. Gestão normal. Conclusão	166
66. Gestão normal e a Directiva das OPAs	170
67. Objectivos do oferente	173

Âmbito	177
68. Decisões prévias	177
69. Grupos	180
70. Conselho Geral e de Supervisão	182
Excepções	185
71. Cumprimento de obrigações prévias	185
72. Reciprocidade	187
73. Assembleia geral	192
Assembleia geral	195
74. Momento	195
75. Convocatória e âmbito	199
76. Prazo	202
77. Maioria	203
78. Break-through rule	205
79. Conflito de interesses	206
80. Natureza da intervenção	209
Consequência	215
81. (In)Eficácia do acto?	215
82. A regra da não frustração e dever de lealdade	223
Conclusões	225
Fontes	229
Definições	261
